

A nacionalização da distribuição de combustível é uma sandice

Antonio Antunes (*)

A Comissão de Sistematização da Constituição aprovou a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo.



Ninguém tem sido mais crítico das distribuidoras multinacionais que os próprios postos de gasolina, mas aprovar uma sandice como essa significa querer isolar o País e fazê-lo regredir no tempo.

É um fato que essas distribuidoras usam e abusam dos revendedores (postos de gasolina).

Segundo as "normas" do CNP, as distribuidoras devem programar suas retiradas de combustíveis da Petrobrás por períodos de seis meses, renováveis a cada três. Segundo essas mesmas "normas", as distribuidoras deveriam manter um estoque de doze dias, mas isso não acontece e seus estoques só ultrapassam 24 horas, nos dias de alta. Caso uma distribuidora faça uma programação a maior, ela se estocará, e com isso aplicará quantia menor no "over". Quando sua programação é insuficiente, a Petrobrás só fornece combustível mediante pagamento "cash". Para não pagar a vista, já que elas recebem prazos para manter estoques, preferem sonegar o produto ao revendedor, principalmente no período de alta. Período este que os postos necessitam de mais produto, para manter seu capital de giro e, mais ainda, porque os consumidores, a fim de se precaverem de maiores prejuízos, procuram manter seus carros de tanques cheios.

Se a programação das distribuidoras é mal feita por ganância ou por incompetência, isso não nos importa.

Que as "normas" do CNP pretendem única e exclusivamente atender às distribuidoras em prejuízo do revendedor, isso também é um fato. A Resolução nº 7/85 do CNP garante às distribuidoras direitos e não exige obrigações, enquanto para os revendedores exige obrigações e não concede direitos. Esse CNP, que deveria ser um conselho, com representantes de todas as classes envolvidas, mantém um representante do comércio, só que este representante não foi indicado por nenhum dos 22 mil postos de gasolina, e sim por uma das sete distribuidoras.

Que as distribuidoras cobram dos postos de gasolina alugueis absurdos e que são reajustados mensalmente, isso também é outro fato. O valor desses alugueis chega a ultrapassar 80% da margem de lucro do posto. É um sócio que detém 80% do lucro sem ter aportado capital à empresa. Mesmo durante o congelamento esses alugueis foram reajustados mensalmente. Essa situação é tão dramática que vários postos de gasolina estão recorrendo à Justiça.

Que as distribuidoras são os maiores aplicadores do "over", isto também é outro fato. E esse dinheiro que elas estão aplicando na realidade pertence aos postos de gasolina, que pagam a vista o que elas compram a prazo; e esses mesmos postos financiam, além das distribuidoras, o empréstimo compulsório.

Que os combustíveis são da Petrobrás, os tanques de armazenamento também, que o carro-tanque é de terceiros, sendo muitas vezes pertencente ao pró-

prio posto de gasolina, e que a distribuidora pertence apenas a nota fiscal, isso também é outro fato.

Que em qualquer país civilizado o mercado atacadista tem menor margem de venda do que o varejista, pois um vende a grosso, enquanto o outro vende no varejo, isso também é um fato. Porém, no Brasil, as coisas funcionam diferente: as distribuidoras têm maior margem do que o revendedor (somatório da margem, aluguel e prazo).

Não há nada nas resoluções do CNP que possa proteger o revendedor. O revendedor vive aterrorizado. Se recorre à Justiça e perde, a única saída é mudar de ramo, porque a perseguição o levará certamente à bancarrota.

Como se vê, ninguém melhor que o revendedor para opinar sobre a decisão da Comissão de Sistematização. Mas não é tirando o sofá da sala que iremos resolver o problema.

Bem, mas com todos esses abusos, não se justifica

querer nacionalizar a distribuição. Esse é um comércio como outro qualquer e não tem nada de segurança nacional. Se as distribuidoras abusam é porque nossa legislação foi criada para atender aos "lobbies". No Brasil, "lobby" é sinônimo de corrupção.

É uma afronta à inteligência querer nacionalizar, e ainda mais querer que as empresas, ao se instalarem, o façam por prazo determinado. Por que prazo determinado? Só para criar dificuldades e assim vender facilidades.

O mais justo será acabar com o "cartel". Para isso, basta abrir a distribuição à livre iniciativa. No governo do Sr. José Sarney foram implantados mais postos de gasolina do que nos dez anos anteriores, mas não foi implantada nenhuma distribuidora. Por que apenas sete distribuidoras para atender a 22 mil postos de gasolina?

O comércio do mundo funciona como uma pirâmide. No topo temos os pro-

dutores (número bastante reduzido), num plano intermediário funcionam os distribuidores (número bem maior) e na base os revendedores que fazem o comércio ao consumidor. No Brasil criaram um novo sistema, que é o sistema da corrupção e da incompetência. Embarcaram uma pirâmide sobre outra. Assim, no topo ficaram os produtores (só de álcool são centenas), vendendo para apenas sete, e estes, para os 22 mil postos de gasolina.

É preciso que tenhamos uma legislação sadia, que resguarde os direitos do produtor, do distribuidor, do revendedor e do consumidor. Mas uma legislação seria e sem cambalachos. Precisamos voltar ao exercício da livre iniciativa para que o Brasil volte a ser respeitado. Não podemos revogar a lei da oferta e da procura.

Através das estatais ou dos excessos de tributação, nossa economia encontra-se totalmente estatizada. No excesso de tributação

temos um sócio que só participa do lucro, não se importando com o passivo. Além disso, o excesso de tributação gera sonegação e corrupção.

Ao contrário do que muitos afirmam, a nacionalização não nos obriga a indenizar empresa alguma. As multinacionais, segundo a Comissão de Sistematização, teriam de deter menos de 50% do capital de empresas de distribuição. Isso não significa indenizá-las; significa apenas que elas terão de alienar mais de 50% de suas cotas ou ações. Mas mesmo assim, se esse artigo passar no plenário, será um ato insano. Já temos excesso de ingerência do Estado na economia. A melhor solução para a Nação seria transferir o lixo radioativo para Brasília, pois o brilho do césio poderia iluminar algumas cabeças.

(*) Diretor da Ultra Propaganda e Marketing; ex-diretor da Associação dos Revendedores de Derivados de Petróleo da Região de Campinas.